

Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM *

MARIELLA PITOMBO **

IURI OLIVEIRA RUBIM ***

*** Professor Titular e Diretor da Faculdade de Comunicação da
Universidade Federal da Bahia e do Programa Multidisciplinar de Pós-
Graduação em Cultura e Sociedade. Doutor em Ciências Sociais.
Pesquisador do CNPq. Coordenador da Cátedra Andrés Bello – UFBA.
Pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT.**

**** Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA.
Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura –
CULT.**

***** Graduado em Comunicação pela UFBA. Pesquisador do Centro de
Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT.**

Março / 2005

A presente investigação, realizada entre 01 de agosto e 31 de outubro de 2004, gira em torno de dois eixos fundamentais: (1) o estudo das políticas de intercâmbio e cooperação em cultura de organismos internacionais de forte incidência na Ibero-América, e (2) o estudo das principais redes internacionais de cultura que perpassam a região. A opção por investigar “Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano”, privilegiando as redes e os organismos internacionais e não os Estados Nacionais – tradicionais atores da cooperação – revela o interesse por estudar atores políticos contemporâneos que emergiram no mundo atual e no contexto de globalização, cujas ações têm impacto significativo no desenvolvimento das culturas e na integração das nações no âmbito ibero-americano. Nessa perspectiva, buscou-se construir um texto analítico e informativo sobre o intercâmbio e a cooperação culturais entre os países ibero-americanos, com atenção às experiências mais relevantes de políticas culturais adotadas por organismos internacionais e às redes existentes, mapeando e identificando as características dessas instituições.

A bibliografia disponível e a Internet foram utilizadas como principais fontes de informação. Ao longo da pesquisa, foi preciso fazer algumas escolhas, a fim de melhor conformar o objeto de estudo. As principais delas são as seguintes:

a) Organismos internacionais

A Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), o Convenio Andrés Bello, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foram os organismos escolhidos como tema do primeiro eixo desta investigação, em decorrência da importância destacada destas entidades para o campo cultural ibero-americano.

b) Redes sistêmicas x redes especializadas

A pesquisa concentra o seu interesse não em algum aspecto específico da cultura (por exemplo: linguagens e setores especializados), mas na cultura concebida amplamente. Assim, apenas as redes que tratam a cultura de forma sistêmica foram incluídas na pesquisa.

c) Abrangência e pertinência das redes

Embora esta pesquisa tenha um foco espacial definido, a Ibero-América, optou-se por trabalhar com redes culturais que: (a) estabeleçam relações de troca entre países ibero-americanos, mesmo que não contemplem todos eles e/ou (b) permitam relações de troca e articulações comuns a nações ibero-americanas, mesmo em contextos integrados por outros países. Assim, foram consideradas redes que tivessem abrangência internacional, dentro da região estudada, ou de abrangência global, que envolvessem a Ibero-América e/ou seus países.

d) Composição de ficha com informações sobre as redes

Para organizar os dados de cada uma das redes, foi elaborada uma ficha contendo 13 itens: *amplitude territorial; países participantes; ano de formação; área de atuação; contato; estrutura; objetivos; atividades / projetos principais; mantenedores; número de membros; perfil dos membros; critérios de participação; site*. O quesito *área de atuação* é dotado de sete opções, elaboradas a partir da própria pesquisa: *formação em cultura; gestão e políticas culturais; intercâmbio de produtos culturais; investigação sobre a cultura; sistematização e intercâmbio de informações sobre cultura; integração regional; promoção e defesa da diversidade cultural*. Vale ressaltar que não foi possível preencher completamente as informações de algumas redes, seja pela ausência ou pela falta de especificação/ consistência dos dados disponíveis¹.

¹ Os casos mais extremos foram a rede Fórum Cultural Mundial Network e a Netcult – Rede de Cátedras UNESCO sobre Gestão Cultural e Administração de Institutos Culturais, cuja falta de dados e a pouca clareza nas informações não permitiram que as redes fossem incluídas na pesquisa.

Ibero-América

Na sua descrição mais tradicional, os povos ibero-americanos seriam “los pueblos de lengua española y portuguesa de América Latina y Europa”². Essa tradição considera que há um espaço cultural comum entre os países da península Ibérica e suas ex-colônias na América Latina, dada à convergência entre a história dessas nações e o estreito relacionamento que desenvolveram ao longo dos últimos 500 anos. Segundo Jorge Lozoya, secretário geral da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana: “Lo iberoamericano está fundamentado en una realidad humana: los habitantes de las 19 repúblicas latinoamericanas, España y Portugal comparten una herencia humana, una herencia social y un perfil orgánico común”³.

Perspectivas contemporâneas sugerem uma Ibero-América mais complexa. Néstor García Canclini, organizador de um diagnóstico de possibilidades e obstáculos ao desenvolvimento cultural compartilhado na Ibero-América, revela que o esforço “implicou em reconsiderar o que se pode entender hoje por Ibero-América, ao incluir, além da Espanha, Portugal e países ibero-americanos, as comunidades diaspóricas, especialmente nos Estados Unidos”⁴.

Esta concepção complexa de Ibero-América traria consigo uma série de elementos que, embora pertinentes e desejáveis numa análise mais profunda da configuração e dos fluxos culturais ibero-americanos, demandariam mais tempo e um estudo com maior grau de complexidade. Assim, foi mantida a noção mais tradicional de Ibero-América, reforçada pelas características territoriais e lingüísticas. Na tabela abaixo, é possível identificar os países que compõem o âmbito ibero-americano:

Argentina	Cuba	México	Porto Rico
Bolívia	El Salvador	Nicarágua	Rep. Dominicana
Brasil	Equador	Panamá	Uruguai
Chile	Espanha	Paraguai	Venezuela
Colômbia	Guatemala	Peru	
Costa Rica	Honduras	Portugal	

² Trecho da Mensagem do Secretário Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos, disponível no site da organização (www.oei.es).

³ Jorge Alberto Lozoya Legorreta, em entrevista ao site América Econômica, no dia 27 de marzo de 2002. (<http://www.americaeconomica.com/numeros3/154/reportajes/miguel154.htm>).

⁴ Canclini, 2003, p. 15.

Políticas de Intercâmbio e Cooperação Cultural na Ibero-América

A constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, marca a consolidação do sistema internacional de cooperação multilateral, que assume as feições tal qual o conhecemos hoje. Congregando uma plêiade de organismos intergovernamentais de caráter autônomo, o modo de funcionamento da ONU inspirou a criação de sistemas internacionais similares, seja no âmbito continental ou regional, a exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Liga Árabe, da Organização de Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) e do Convênio Andrés Bello.

A constituição de uma arquitetura institucional de caráter internacional promoveu o surgimento de importantes organismos intergovernamentais, dedicados a implementar ações e programas de intercâmbio e fomento na área da cultura. Hoje, tais entidades jogam papel decisivo enquanto agentes na definição de uma agenda internacional para a cultura. Afinal, como ressalta Harvey (1991, p.32), alguns desses organismos, por seus dispositivos legais, acabaram assumindo um status de superlegislaturas, com autonomia suficiente para exercer faculdades normativas em escala supranacional, na medida em que podem adotar convenções internacionais sem necessidade de aprovação prévia dos Estados, ainda que seja necessária sua adesão ou ratificação para que entrem em vigor em âmbito nacional.

É legítimo considerar que essas entidades contribuíram também para o processo de complexificação institucional e conseqüente autonomização do campo cultural em diversos países. Uma vez que instituem instrumentos jurídicos e textos normativos de legitimidade internacional, tais instituições acabam normatizando pautas de orientação que afetam diretamente a formulação de políticas culturais dos Estados nacionais.

Edwin Harvey (1991, p.66) lembra que, na Europa, o primeiro ministério dedicado exclusivamente aos assuntos culturais nasce na França, em 1959. Chama atenção ainda para o fato de que até 1963, nenhum Estado membro da OEA possuía um ministério exclusivo para a área da cultura. Aliás, o autor pontua o ano de 1963 como data-chave para o que ele

denomina de “nascente campo de ação cultural governamental”, tomando como referência a Primeira Reunião Interamericana de Diretores de Cultura, realizada por iniciativa da OEA, em Washington, em setembro de 1963.

No âmbito específico da América Latina, como pontua Canclini (1987, p.15), será a partir de meados da década de 70 que os primeiros ministérios da cultura e planos nacionais para este campo começarão a surgir. Diante dessas referências históricas e considerando o fato de que a maioria das principais instituições multilaterais de cooperação cultural nasce antes mesmo dos órgãos oficiais dos Estados dedicados à ação cultural, pode-se inferir que a atuação das referidas agências deve ter se configurado como elemento de pressão no processo de institucionalização da gestão cultural no plano interno dos Estados.

Nesse sentido, é importante chamar a atenção para o lançamento, pela Unesco, da Declaração dos Princípios de Cooperação Cultural Internacional, em 1966, semeando desde então a prática de estabelecer normas de orientação na área da cultura, através da regulamentação de dezenas de instrumentos jurídicos como as declarações, as recomendações ou convenções⁵. Esses atos normativos acabaram inspirando o modo de atuação de outros organismos similares e exercendo forte influência na formulação das políticas culturais dos países membros.

Cultura e desenvolvimento

Grosso modo, podemos considerar que até meados da década de 70 a atuação das agências intergovernamentais na área da cultura estava centrada, sobretudo, no intercâmbio intelectual entre especialistas e acadêmicos de instituições dos diferentes países membros, bem como no apoio ao intercâmbio de atividades artísticas, circunscritas ao campo da produção cultural

⁵ A Unesco define seus principais atos normativos da seguinte forma: a) Declaração é um compromisso puramente moral ou político unindo os estados com base no princípio da boa fé; b) Recomendação trata-se de um texto da organização dirigido a um ou a vários Estados convidando-os a agir de uma determinada maneira num domínio cultural específico, sendo que, em princípio, a recomendação é desprovida de obrigatoriedade para os estados membros e c) Convenção: este termo, sinônimo de tratado, designa todo acordo concluído entre dois ou vários Estados. Este acordo supõe uma vontade comum de suas partes em face dos quais a convenção cria compromissos jurídicos obrigatórios. Disponível no site da Unesco <http://portal.unesco.org/culture/fr/> - tradução livre do francês.

restrita, como as letras, a dança, o teatro, a música e as artes plásticas. Especial atenção era dada também ao tema dos direitos autorais e da propriedade intelectual de obras artísticas e literárias, manifestada pela formulação de instrumentos específicos dedicados a regular normativamente esse setor.

Não é difícil encontrar pistas deste o conceito restrito de cultura, adotado pelos organismos até finais da década de 60. O teor da recomendação de um documento oficial da OEA elaborado em 1963 é bastante significativo. Vejamos:

(...) [que] la Union Panamericana lleve a cabo a la mayor brevedad los una Reunion de Directores de Cultura o funcionarios a cuyo cargo estuviera la responsabilidad, em cada país miembro, de promover y estimular, em el orden nacional y internacional, **las letras, las artes, la música, el teatro, el ballet, la plástica** y otras actividades culturales (...) [que] los Estados miembros mantengan la estabilidad funcional y profesional en los campos de la educación, la ciencia y la cultura, por ser ésta la única forma en que los resultados de **la actividad del pensamiento y del espíritu, así como de los frutos de la creación intelectual**, pueden salvaguardarse mejor en beneficio de los intereses permanentes de la cultura americana [*grifos nossos*] (Harvey, 1991, p.63).

No entanto, entre as décadas de 70 e 80 ocorre uma mudança no eixo rotativo que norteava as ações desses organismos. O conceito de cultura até então predominante na orientação das ações das instituições internacionais é ampliado. Se antes prevalecia uma noção identificada com as manifestações artísticas e intelectuais ligadas aos recantos iluminados da “alta cultura”, a compreensão do que é cultura se volta agora para sua acepção mais antropológica. Ou seja, a cultura passa a ser entendida, no dizer de Canclini (1987, p. 25), “como el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas”. Nessa concepção, entende-se a cultura como uma matriz de valores, que dá sentido à própria existência dos diferentes povos, fazendo emergir desse conceito um outro que lhe constitui – o da diversidade cultural. A identidade e diferença ganham centralidade em meio à definição de uma agenda internacional para o desenvolvimento humano.

As conferências realizadas pela Unesco em Veneza (1970) e no México (1982) consolidam a nova perspectiva e levam para o centro do debate internacional o tema das políticas culturais.

Anos mais tarde, já década de 90, no contexto do Decênio Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento (1988-1997), empreendido pela Unesco, o informe intitulado sintomaticamente de “Nossa Diversidade Criadora”, estende ainda mais a fronteira da concepção de cultura ao compreendê-la não somente como um meio que viabiliza o desenvolvimento, mas, sobretudo, como sendo seu fim último:

(...) o papel da cultura também deve ser considerado como um fim desejável em si mesmo, que é o de conferir sentido à nossa existência (...) Cultura, pois, não significa apenas um elemento do progresso material: ela é a finalidade última do ‘desenvolvimento’ definido como florescimento da existência humana em seu conjunto em todas as formas (Cuéllar, 1997, p.32-33.).

Em meio a esse processo de flutuação conceitual, a temática em torno da cultura vem ganhando relevância nas duas últimas décadas do século XX, passando a ser foco de interesse privilegiado de diversos organismos intergovernamentais e de Estados, vindo a tornar-se temática central de numerosos fóruns, congressos, reuniões e estudos sobre política cultural que a partir de então viriam a se realizar com frequência. Mais do que extrapolar as fronteiras do conceito de cultura, as agências multilaterais assumiram posição decisiva na edificação de um novo modo de compreensão, a saber: o princípio da indissociabilidade entre cultura e desenvolvimento – termos de um binômio que até então causava estranhamento, ou, no mínimo, restrições por parte de alguns especialistas.

Sintomático desse processo são as iniciativas encabeçadas por algumas agências, empreendidas com o propósito de debater no pano internacional essa nova problemática que se afigurava em meio às intensas transformações sociais que se processavam no mundo. Apenas para citar as mais ilustrativas, vejamos: em 1988, a Unesco lança o projeto da Década Mundial de Desenvolvimento Cultural (1988-1997). Em 1991, em sua 26ª Sessão, a Conferência-Geral da Unesco, adota a resolução de estabelecer uma Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, destinada a elaborar um Relatório Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento – o referido relatório é lançado em 1996, sob o título *Nossa diversidade criadora*, contendo reflexões e propostas de ação que levam em consideração as bases culturais do desenvolvimento humano. Em 1998, a mesma agência realiza, em Estocolmo, a *Conferência intergovernamental sobre políticas culturais para o desenvolvimento*. Já em

2001 lança a *Declaração universal sobre diversidade cultural*, proclamando a data de 21 de maio como o *Dia mundial da diversidade cultural para o diálogo e o desenvolvimento*.

Outras organizações seguem o mesmo ritmo. Em 1999, por ocasião do seu quadragésimo aniversário, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realiza, em Paris, o Fórum Desenvolvimento e Cultura. Mais recentemente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) dedica o seu relatório anual ao tema da diversidade cultural, intitulando-o: *Liberdade cultural num mundo diversificado*. Some-se ainda o fato de que agências internacionais de fomento, como o BID e o Banco Mundial, passaram a co-financiar, em parceria com os governos dos Estados, ações e projetos nas áreas de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico em várias cidades latino-americanas como Havana, Quito, Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Recife, entre outras. Além disso, passaram também a apoiar financeiramente investigações dedicadas a identificar problemas relativos à cadeia produtiva das indústrias criativas como o cinema e a indústria editorial (Moisés, 2004).

O eixo que gravita em torno dessas discussões, promovidas principalmente através dos inúmeros fóruns e conferências empreendidas por essas agências, diz respeito, sobretudo, ao estabelecimento de um consenso internacional que reconhece o fato de que o crescimento dos países não pode ser avaliado tomando-se como referência apenas aspectos econômicos. A mudança de tal mirada se expressa simbolicamente na linguagem. Revela-se na substituição de indicadores meramente econômicos pelo indicador de desenvolvimento humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – “o novo indicador já nem se remete à economia: refere-se ao humano” (Hermet, 2002, p.80).

Na esteira da transformação da tônica do desenvolvimento, a cultura também passa a ser vista como um critério a ser considerado por esses novos indicadores. Como aponta Germán Rey (2004), nesse processo, o desenvolvimento acabou elaborando seus próprios relatos, ao trazer para sua órbita de compreensão temas tais como identidade, multiculturalismo, pobreza, participação democrática, direitos humanos – questões essas que se tornaram

referencias para a coesão do discurso hegemônico em torno da idéia desenvolvimento. Nesse sentido, levantamos aqui a hipótese de que os organismos internacionais se constituem hoje enquanto um dos principais artífices que contribuíram para formulação da narrativa acerca da relação entre cultura e desenvolvimento ao conferir-lhe um lugar de destaque na agenda internacional.

Políticas culturais dos organismos internacionais

Em virtude das reconfigurações sócio-culturais engendradas pelo processo de globalização, os organismos de ordem supranacional acabaram por ocupar um papel fundamental na arquitetura institucional contemporânea. Tais metamorfoses sociais são significativas não apenas para áreas como economia e política. Repercutem também de forma expressiva na conformação da esfera cultural contemporânea, provocando um deslocamento em suas linhas de comando (Vieira, 2004).

Nessa recomposição de papéis, lugares e funções no tecido da esfera cultural, um amplo espectro de atuação se abriu para a os organismos internacionais. Se, desde a década de 60, já vinham enredando os laços e espaços de cooperação cultural entre as regiões, no atual contexto contemporâneo, mediante o desposamento político dos Estados nacionais, essas instituições intensificam o seu papel na urdidura da trama de espaços de intercâmbio não somente entre governos, mas entres estes e os atores da sociedade civil e entre os próprios atores da sociedade civil (Garretón, 2003, p.271).

O propósito dessa seção, então, é mapear sumariamente o perfil de atuação dos organismos internacionais mais atuantes na articulação de programas que privilegiem a cooperação e a integração da região ibero-americana, buscando pontuar as principais políticas por eles implementadas na área cultura ao tempo em se procura identificar as premissas que orientam as ações empreendidas por essas instituições no plano da cooperação internacional⁶. Nesses

⁶ Vale ressaltar que as informações referentes às políticas e atividades desenvolvidas pelos referidos organismos foram coletados, basicamente, em suas respectivas *homepages*. Desse modo, dar-se-á ênfase aqui às práticas, políticas e ações na área cultural, atualmente em vigência pelas instituições.

termos, foram selecionadas seguintes instituições: a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) e o Convênio Andrés Bello (CAB). Cabe esclarecer que, apesar de não ter como foco principal o desenvolvimento de ações que privilegiem, especificamente, a cooperação e integração dos países da Ibero-América, a Unesco, pela sua natureza e importância histórica, foi considerada nessa pesquisa por ser a instituição precursora da cooperação entre países, via cultura.

1. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Hoje, a Unesco é um dos organismos mais importantes do sistema das Nações Unidas, congregando 190 Estados membros em sua órbita, o que lhe confere uma dimensão e um raio de atuação quase universal. Grosso modo, podemos considerar a Unesco como um grande palco internacional para o debate de temas candentes que perpassam e constituem o cenário social contemporâneo. Nesse sentido, a instituição apresenta-se como um grande fórum de discussão de idéias, ao promover inúmeras conferências, fomentar estudos e pesquisas e acordar resoluções e declarações em um variado campo de atividades, tais como a Educação, Ciências Naturais, Humanas e Sociais, Cultura, Comunicação e Informação, cumprindo também uma função normativa ao elaborar documentos sobre questões éticas que conferem legitimidade em escala internacional.

A Unesco foi o principal organismo multilateral responsável por difundir o tema cultura e desenvolvimento em escala global, ao promover uma série de conferências, fóruns e encontros para debater tal problemática. Lastreada na compreensão da cultura como fator de desenvolvimento, a instituição vem dando relevo, nos últimos anos, ao princípio da diversidade cultural para a execução de suas ações. Inspirada nessa premissa, reforça sua missão de ser um “laboratório de idéias” e um centro de trocas de informação ao elaborar textos normativos e instrumentos jurídicos (resoluções, convenções e declarações), ao publicar um imenso manancial de estudos e investigações sobre o multifacetado campo da

cultura, ao promover redes de cooperação entre diferentes atores e ao prestar assistência técnica na execução de programas e projetos desenvolvidos em parceria com os Estados-membros. Na área da cultura, os campos que são alvos das principais ações da Unesco são:

a) Políticas Culturais

O fio-condutor que orienta as ações da Unesco nesta área é o objetivo transladar “a cultura de uma situação marginal para o núcleo de decisão política em prol do desenvolvimento sustentável”⁷, premissa essa que se consolidou especialmente após a realização, em 1998, da Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais, ocasião que originou um novo programa de Políticas Culturais para o Desenvolvimento. O referido programa sustenta-se em três eixos, quais sejam:

Coleta e difusão do conhecimento e da informação – mediante o estabelecimento de parcerias entre instituições e serviços diversos voltados para a investigação, documentação e fomento de políticas culturais;

Proposição de serviços de aperfeiçoamento das capacidades dos Estados membros no desenvolvimento de políticas culturais – através da prestação de serviços e assistência técnica voltados para a melhoria da gestão e administração cultural das instituições culturais;

Reforço da promoção e da reflexão sobre políticas culturais para o desenvolvimento – estimulando a formulação de políticas públicas mais amplas que reconheçam o papel da cultura como fator de desenvolvimento e a difusão de informação e novos conhecimentos nesse âmbito específico.

Nesse escopo, uma enorme variedade de publicações e documentos vem sendo editada com o apoio da Unesco, além da promoção de iniciativas voltadas para o fomento à criação de redes e observatórios sobre gestão, investigação e formação na área da cultura, tais como a

⁷ http://www.unesco.org/culture/development/html_sp/index_sp.shtml. Tradução livre do espanhol.

Rede de Cátedras Unesco sobre Gestão e Políticas Culturais, o Observatório de Políticas Culturais e o Culturelink.

b) Patrimônio

A Unesco tem longa tradição na promoção de iniciativas voltadas para a proteção do patrimônio, considerando-a como “um valor excepcional para a humanidade”. Para atingir tal objetivo as ações da Unesco centram-se em três eixos, a saber: (1) prevenção, (2) gestão e (3) intervenção.

Além das várias campanhas internacionais voltadas para a preservação do patrimônio, a instituição fornece apoio aos Estados-membros para: conservação dos bens patrimoniais, através de assistência técnica especializada e da capacitação profissional; sensibilização do público para a importância da preservação patrimonial e estímulo à participação das populações locais em projetos de preservação do patrimônio.

A Unesco mantém e atualiza permanentemente a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, realiza fóruns e encontros sobre a questão patrimonial e institui prêmios específicos; estabelece instrumentos jurídicos que normalizam princípios e regras referentes à salvaguarda de bens patrimoniais.

A noção de patrimônio que orienta a Unesco incorpora o complexo conceito de patrimônio imaterial, como “as práticas, representações e expressões, os saberes e fazeres que as comunidades e os grupos, e em certos casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural”⁸. Pautada pela valorização e preservação das manifestações culturais frente ao crescimento das interdependências globais, a Unesco vem criando instrumentos e mecanismos destinados à preservação do patrimônio intangível. Dentro desse campo, quatro programas vêm sendo desenvolvidos:

⁸ Idem.

Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade – programa que reconhece, a cada dois anos, espaços e expressões de excepcional importância dentro das candidaturas oferecidas pelos países.

Tesouros humanos vivos – tem por objetivo “estimular os Estados-membros a reconhecerem oficialmente os detentores de tradições e artesãos de grande talento, estimulando a transmissão de seus saberes e competências às gerações jovens”⁹.

Línguas em perigo – programa destinado à salvaguarda de línguas ameaçadas de extinção.

Música tradicional do mundo – programa que registra e dissemina as tradições musicais de natureza popular, sagrada, rural, urbana que se manifestam através do canto, dos instrumentos musicais ou das danças.

c) Diversidade Cultural

Em 2001, a Unesco lançou a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, orientada pelo pressuposto do diálogo intercultural como o caminho ideal para a paz mundial e para o desenvolvimento sustentável, bem como para as “ameaças” latentes contidas nos processos de mundialização. O referido documento compreende a diversidade cultural como “patrimônio comum da humanidade”, chegando a afirmar que é “tão necessária para a humanidade como a biodiversidade biológica para os organismos vivos”¹⁰. Além de ter instituído a Declaração universal, a Unesco vem promovendo debates e encontros destinados a discutir o tema da diversidade cultural, e estabeleceu o dia 21 de maio como o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento.

d) Indústrias culturais

A Unesco vem implementando ações no sentido de apaziguar as assimetrias existentes ao redor do planeta em relação ao desenvolvimento das indústrias culturais. Ações essas que têm por objetivo reforçar as capacidades locais e o acesso aos mercados mundiais, estimular a formação e a especialização e combater a pirataria. Uma grande diversidade de projetos e

⁹ Disponível na Internet via <http://portal.unesco.org/culture/fr/>. Tradução livre do francês

programas vem sendo empreendida pela instituição em áreas específicas como as indústrias editorial e audiovisual, o artesanato e o design.

e) Direitos Autorais

A questão dos direitos autorais permeia as ações da Unesco desde 1952 quando instituiu a *Declaração universal sobre direitos autorais*. Atualmente, essa temática está em pauta na agenda internacional dos organismos multilaterais, tendo em vista o rápido desenvolvimento das tecnologias digitais e a questão da pirataria que vem a reboque desse processo.

Diante desse contexto, a instituição vem implementando ações voltadas para o combate à pirataria e a proteção dos direitos autorais, através da realização de encontros e fóruns, campanhas de sensibilização, assistência técnica e legal em assuntos específicos, capacitação e treinamento de pessoal. Dentre os programas que a Unesco vem executando nessa área, destacamos: a *Rede de Cátedras Unesco de Direitos Autorais* nas universidades de países em desenvolvimento, a publicação do *e-Boletim de Direitos Autorais*, a compilação e sistematização das leis nacionais sobre direitos do autor e *Guia sobre Gestão Coletiva de Direitos Autorais*.

2. Organização dos Estados Americanos (OEA)

A Organização dos Estados Americanos (www.oea.org), criada em 1948, congrega atualmente 35 Estados membros, formados pelas nações independentes do Norte, Sul, América Central e Caribe (com exceção de Cuba) do continente americano. Alinhada à tendência internacional de mudança paradigmática em torno do conceito de cultura, a instituição ampliou seu raio de ação orientada pelo pressuposto de compreender a cultura como fator fundamental para o desenvolvimento integral e consecução da paz e segurança do continente.

Atualmente, as ações empreendidas pela OEA no campo da cultura desenvolvem-se no âmbito da Comissão Interamericana de Cultura (CIC), instância, técnica e política, composta

¹⁰ Disponível via Internet www.unesco.org.br

por representantes dos ministérios e por altas autoridades de cultura da América Latina e Caribe. A CIC é um órgão recente, criado durante a I Reunião Inter-Americana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura, em 2002. Foi instituída com a finalidade de “coordenar e implementar el dialogo interministerial interamericano en materia de cultura para dar seguimiento a los mandatos de las Cumbres de las Américas y los acuerdos tomados en las Reuniones Interamericanas de Ministros y Altas Autoridades de Cultura”¹¹.

Pautada nas premissas estabelecidas no Plano de Ação de Cartagena das Índias, a Comissão tem como principais funções: (1) facilitar o intercâmbio de informações referentes às práticas que melhor tenham contribuído para o resgate, preservação e promoção da diversidade cultural; (2) promover assistência técnica e financeira aos Estados membros em programas de preservação e fomento à diversidade cultural; (3) estimular e promover atividades culturais e de expressão artística em programas educacionais, além de supervisionar e fazer uso do Observatório Interamericano de Políticas Culturais como fonte de intercâmbio de informações¹².

Cumprindo seu papel de fórum permanente de comunicação e coordenação entre as autoridades culturais da região, a Comissão Interamericana de Cultura delimitou temas prioritários nas áreas das políticas culturais e da diversidade cultural, são eles:

Cultura e sociedade civil – busca fomentar a participação das entidades da sociedade civil na formulação das políticas culturais. Pretende disponibilizar futuramente, através da sua *website*, um banco de dados sobre os canais utilizados pelo poder público para estimular participações desse gênero, bem como divulgar as melhores práticas das urbanizações civis voltadas para o reconhecimento, preservação e promoção da diversidade cultural;

Conservação do patrimônio cultural – propõe a elaboração de uma lista de patrimônios culturais das Américas, voltados para o reconhecimento e identificação de sítios, espaços e manifestações que espelhem a diversidade cultural do continente americano;

¹¹ Disponível via internet www.oas.org/udse/espanol/cpo_cic.html

¹² Idem.

Cooperação horizontal – tem por propósito compartilhar experiências e conhecimentos entre as autoridades de cultura do continente como caminho para a criação e aperfeiçoamento de políticas culturais inclusivas (Portfólio Permanente de Programas Consolidados).

Cooperação interagencial – visa estreitar os laços de cooperação entre organizações, agências e entidades internacionais mediante o desenvolvimento de programas específicos que possibilitem a ampliação de suas alianças e, futuramente, criar uma Agenda Interamericana de Cultura.

Observatório Interamericano de Políticas Culturais – iniciativa ainda recente, o Observatório dispõe atualmente informações sobre programas desenvolvidos pelos governos e por entidades da sociedade civil na promoção da diversidade cultural; perfis de modelos de políticas culturais, listagem de atores culturais dos países da região além de informações sobre eventos, organizações, sítios patrimoniais e outros assuntos referentes à área cultural.

3. Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI

A organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (www.oei.es) foi criada em 1949 como fruto de um acordo estabelecido no Primeiro Congresso Ibero-americano de Educação. Na área específica da cultura desenvolve um amplo programa denominado *Ibero-América: unidade cultural na diversidade*, que tem por propósito “generar y potenciar el diálogo de culturas como aporte sustancial a la resolución de conflictos y a la convivencia democrática; alentar una mayor centralidad de la cultura en las políticas públicas, y fomentar la optimización en la formulación y ejecución de políticas culturales”¹³.

Respaldado na premissa da diversidade cultural que constitui a Ibero-América, o programa empreendido pela OEI para área da cultura tem por objetivo fortalecer a identidade ibero-americana como caminho para a integração regional. Amparada no discurso do amálgama

¹³ Disponível via Internet <http://www.oei.es/memoria/memo09.htm>.

cultura-desenvolvimento, a OEI aposta no fomento a formulação de políticas culturais por entendê-las “como elementos chaves das estratégias de desenvolvimento integral”.

A instituição tem focado suas ações no desenvolvimento de atividades referentes à compilação e sistematização de dados relativos às políticas culturais dos países ibero-americanos e na formação e capacitação de recursos humanos voltados para gestão cultural. Suas atividades na área cultural são lastreadas, sobretudo, na Agenda de Cooperação Cultural Ibero-americana, estabelecida na V Conferência Ibero-Americana de Cultura, realizada em Lima, em 2001. A agenda está dividida em dois grandes eixos programáticos, que por sua vez se subdividem em linhas específicas de cooperação, são eles: *Diversidade Cultural e Cultura e Desenvolvimento*.

Dentro do eixo temático “Diversidade cultural” são desenvolvidas duas linhas de cooperação, voltadas para formação de recursos humanos em gestão de patrimônio e na assistência técnica à formulação de políticas específicas para o setor; e a difusão e promoção da língua espanhola e portuguesa. São elas: (1) patrimônio cultural e (2) línguas e culturas.

A premissa que orienta o eixo programático “Cultura e desenvolvimento” apóia-se na necessidade de estímulo à formulação de políticas culturais, entendidas como catalisadoras do desenvolvimento. Dentro desse escopo, são desenvolvidas duas linhas de cooperação cultural: (1) gestão cultural e políticas culturais e (2) cultura e economia.

No plano executivo da OEI, previsto para o biênio 2003-2004 os seguintes projetos e atividades foram propostos:

a) Difusão das políticas e legislações culturais

Economia e cultura – de natureza similar, os projetos “Conta satélite da cultura” e “Laboratório de indicadores” têm por objetivo criar um sistema de informação e estatística específico sobre dados econômicos e indicadores de impacto social e cultural para a tomada de decisão por gestores públicos.

Projeto Legislações Culturais Ibero-Americanas – empreendido em parceria com o Convenio Andrés Bello, visa sistematizar e atualizar as legislações culturais dos países ibero-americanos.

Projeto Informe dos Sistemas Nacionais de Cultura – objetiva compilar e difundir informações sobre as políticas culturais empreendidas por atores públicos e privados no âmbito da Ibero-América. Até o momento, oferece um mapeamento dos programas e ações dos seguintes países: República Dominicana, Cuba, Colômbia, Peru e México¹⁴.

Projeto Cartografia Cultural da Ibero-América / Cartografia Cultural do Chile – empreendido pela Divisão de Cultura do Ministério da Educação do Chile o projeto constitui-se em um sistema de informação territorial baseado na bem-sucedida experiência chilena, cujo propósito é dimensionar e caracterizar os atores culturais do país no âmbito nacional, regional e comunitária com a capacidade de atualização periódica.

Plano Iberoamericano de Leitura – o projeto propõe-se a prestar apoio técnico na implementação de uma agenda de políticas públicas para o fortalecimento do livro e da leitura, seja fomentando a indústria do livro, seja propondo políticas voltadas para os direitos autorais.

b) Fortalecimento da capacidade de gestão cultural

Portal Gestão Cultural – base de dados que se destina a atender as necessidades de informação e documentação para os gestores culturais no apoio a processos de tomadas de decisão inerentes ao desempenho profissional.

Cultura e comércio – objetiva iniciar um processo de capacitação das administrações públicas ibero-americanas no plano da elaboração de políticas destinadas a orientar a relação

14 A base de dados dos sistemas já está disponível para consulta nos seguintes endereços:
República Dominicana - <http://www.campus-oei.org/cultura/redominicana/index.html>;
Colômbia <http://www.campus-oei.org/cultura/colombia/index.html>;
Cuba - <http://www.campus-oei.org/cultura/cuba/index.html>;
Peru - <http://www.campus-oei.org/cultura/peru/index.html>;
México - <http://www.campus-oei.org/cultura/mexico/index.html>

entre cultura e comércio internacional e a fortalecer a capacidade de negociação nos âmbitos regionais e internacionais.

Gestão cultural do patrimônio – tem como finalidade analisar e sistematizar as experiências sobre gestão do patrimônio; difundir novas formas de conceituação de patrimônio cultural como contribuição para as políticas de desenvolvimento; criar marco institucional no campo da formação universitária e não-universitária e advogar a necessidade de revisão das legislações vigentes sobre patrimônio em cada país.

Rede IBERFORMAT – em parceria com Fundação INTERARTS, busca contribuir para o fortalecimento dos processos de formação em gestão cultural no âmbito ibero-americano, mediante a criação de uma rede de centros de formação e capacitação em gestão cultural.

Projeto Turismo Cultural – tem como propósito reduzir o impacto negativo da atividade turística sobre o patrimônio cultural através da melhoria da promoção turística e da realização de investigações.

Projeto Inventário de Bens Patrimoniais e Prevenção do Tráfico Ilícito – objetiva disponibilizar um inventário geral de bens culturais e patrimoniais de cada país e promover uma legislação específica para a salva-guarda do patrimônio, bem como criar serviços especializados de preservação patrimonial.

Projeto IBERMUSEUS – a iniciativa visa à criação e articulação de uma rede de museus e instituições afins como forma de estreitar laços de cooperação ao tempo em que favorece um maior conhecimento da produção e manifestações artísticas dos países da Ibero-América.

c) Promoção do diálogo e pactos regionais

Projeto Canal de televisão cultural Ibero-americano – consiste na criação de um sinal televisivo, através do sistema de televisão a cabo, para toda a Ibero-américa, destinado a divulgar e promover as expressões artísticas e sociais dos países que a compõe.

Projeto Pensar Ibero-América – fórum de discussão para repensar o futuro da região dentro do contexto de integração global. Como fruto dessa iniciativa foram realizados alguns seminários sobre “As culturas da Ibero-América no século XX” em diferentes países¹⁵, além da criação do periódico “Pensar Ibero-América”.

Projeto “Bicentenário das Nações Ibero-Americanas” – Diante da perspectiva da comemoração dos bicentenários das independências, a partir de 2009, propõe reflexão em torno da questão da formação da identidade latino-americana num contexto de constelações pós-nacionais.

d) Inserção nos processos globais

Visões Ibero-Americanas sobre Debates Globais – visa construir uma convenção cultural ibero-americana que reconheça a importância da diversidade cultural e lingüística da região.

Projeto Três Espaços Lingüísticos – pretende instaurar um espaço de reflexão, urdido pela diversidade lingüística (lusófona, francófona e hispano-falantes), destinado à elaboração de estratégias de cooperação internacional para a construção de uma cultura de paz.

Projeto Direitos Culturais: sua Situação na Ibero-américa – visa fomentar a consolidação dos direitos culturais mediante a compilação de informações nos diferentes países da Ibero-América.

Durante a pesquisa, foi possível perceber que algumas das atividades propostas pela instituição no biênio 2003-2004 ainda estão no plano das intenções. Por outro lado, cabe ressaltar o amplo leque de projetos e atividades propostos e desenvolvidos pela OEI.

4. Convênio Andrés Bello (CAB)

¹⁵ Reunião Preparatória (México, 2001), Reunião de responsáveis pelos meios de comunicação (México, 2002), Pensar Ibero América: I Seminário no México (México, 2002), Pensar Ibero-América: II Seminário no Rio de Janeiro (Brasil, 2002).

O Convênio Andrés Bello (www.cab.int.co) foi oficializado em 1970, por ocasião da Primeira Reunião dos Ministros da Educação, realizada em Bogotá. Firmado inicialmente entre os ministros da Educação da Colômbia, Bolívia, da Venezuela, Chile, Equador e Peru, o CAB atualmente é formado pelos seguintes países: Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Panamá, Peru, Paraguai e Venezuela.

O Convênio Andrés Bello traz, desde sua origem, o princípio da solidariedade regional, enquanto via de integração dos países membros através de seu potencial cultural, educacional e científico, mediante acordos e a promoção de atividades em cultura, educação, ciência e tecnologia que “contribuam para um desenvolvimento equitativo, sustentável e democrático dos países membros”¹⁶. Tal fato o diferencia dos acordos de integração firmados até então, lastreados, sobretudo, em orientações político-econômicas.

A organização fixa seu marco programático em eixos temáticos: (1) a promoção de projetos educacionais voltados para a integração, (2) o fomento de políticas culturais que estimulem a criatividade dos povos e atividade de salvaguarda e defesa do patrimônio cultural (material e imaterial), (3) o estímulo ao desenvolvimento de modelos científico-tecnológicos que desenvolvam a criatividade. No campo específico da cultura, o Convenio Andrés Bello atualmente centra a sua atuação em dois grandes programas, a saber: ‘Somos Patrimônio’ e ‘Políticas e Economias’.

O primeiro programa dedica-se à implementação de políticas de defesa e preservação do patrimônio natural e cultural, amparado no entendimento de ser esta uma atividade que contribui para a preservação da identidade cultural e para a construção e integração da nação. Esse programa é desenvolvido em três níveis:

Prêmio Somos Patrimônio – tem por objetivo difundir e valorizar a noção de patrimônio através do reconhecimento de experiências comunitárias, rurais ou urbanas, que potencializem a promoção e valorização do patrimônio cultural;

¹⁶ Disponível na Internet via www.cab.int.co. Tradução livre dos autores.

Registro e Catalogação do Patrimônio Cultural – essa atividade centrou-se na realização do Seminário *Realidades e desafios do registro do patrimônio cultural*, em 2003, ocasião em que foram discutidos, pelos países membros do CAB, além da participação do Brasil e do México como países convidados, temas que gravitam em torno da tarefa do registro do patrimônio cultural;

Cartografia da memória – o projeto tem por propósito promover, de forma interdisciplinar, a recuperação, a investigação e a valorização do patrimônio cultural imaterial, elegendo como eixo principal as festas tradicionais e populares.

O outro programa que sustenta a atuação do CAB no campo cultural, refere-se à formulação e construção de políticas culturais que busquem contemplar as necessidades e singularidades culturais da Ibero-América.

Os seguintes projetos vêm sendo empreendidos pelo CAB:

Economia e Cultura – série de estudos realizados, desde 1999, voltados à construção de cifras econômicas que envolvem a atividade cultural em diferentes países. Resultaram numa variedade de publicações que revelam a relação entre economia e cultura no âmbito dos países membros¹⁷;

Legislação e Direitos Culturais – este programa realiza a compilação, em um só corpo documental, de toda a legislação cultural dos países membros do início do século XX até o ano de 1998. Promove também um programa de Doutorado em Direitos Culturais.

¹⁷ Os títulos publicados até agora são: *Impacto de las industrias culturales en Colombia*, *Impacto de la cultura en la economía chilena*, *Impacto del sector cinematográfico sobre la economía colombiana*; *Impacto del sector fonográfico en la economía colombiana; situación actual y perspectivas*; *Impacto económico del patrimonio del Centro Histórico de Bogotá D.C.*, *Sistema jurídico de incentivos económicos a la cultura en los países del Convenio Andrés Bello* e *Entre la realidad y los sueños. La cultura en los tratados internacionales de libre comercio y el ALCA*.

Redes de Intercâmbio e Cooperação Cultural na Ibero-América

O tempo da conectividade

(...) la historia sólo está comenzando, si por ella entendemos el momento en que, tras milenios de batalla prehistórica con la naturaleza, primero para sobrevivir, luego para conquistarla, nuestra especie ha alcanzado el grado de conocimiento y organización social que nos permitirá vivir en un mundo predominantemente social.

Manuel Castells¹⁸

As palavras acima encerram o primeiro volume da trilogia *A Era da Informação – Economia, Sociedade e Cultura*, de Manuel Castells. O sociólogo catalão dá o tom da civilização contemporânea: uma sociedade conectada, planetária, cujos desafios já não são determinados pela natureza, mas pela capacidade do ser humano de relacionar-se com seus semelhantes.

Hoje vivemos no mundo. Não apenas numa região do planeta, mas em todo ele. Nossa experiência foi ampliada e tudo o que acontece na Terra nos interessa, mesmo um distante vôo de borboleta¹⁹. Hoje, a distância entre as pessoas não é mais medida em quilômetros, mas em número de conexões²⁰; os fluxos financeiros, de informação, conhecimento viajam por todo o planeta em segundos. Nos dias atuais, não é apenas concebível, mas possível, a multidão instantânea (*flash mob*²¹).

¹⁸ Castells, 1999, p.514.

¹⁹ O “Efeito Borboleta” (ou, “dependência sensível das condições iniciais”, nas palavras do meteorologista Edward Lorenz, que primeiro descreveu o fenômeno) revela que pequenas alterações num sistema podem ter efeitos devastadores com a passagem do tempo.

²⁰ Refiro-me aqui ao experimento liderado por Duncan Watts, da Columbia University, conhecido como “Seis Graus de Separação”, no qual 60.000 usuários de e-mail tentaram, através de suas redes pessoais, conseguiram conectar-se a 18 pessoas em 13 países. Os “alvos” foram atingidos através de uma média de cinco a sete conexões.

²¹ Flash Mob pode ser traduzido como 'Multidão Instantânea'. É um rápido encontro de um grupo de pessoas que são convocadas por email para realizar uma performance instantânea e em seguida, dispersarem-se. Há quem se refira a este acontecimento como uma espécie de 'festa surpresa' ou 'multidões inexplicáveis'.

A revolução pela qual passa a sociedade contemporânea afeta pessoas, empresas e mesmo nações. Na base dessa revolução, as redes tecnológicas possibilitam a interconexão em nível global e revitalizam o conceito de interdependência, relativizando o poder de atores isolados. Em resposta, desponta “uma dinâmica potente de construção de redes de atores: indivíduos, empresas e organizações tecem laços flexíveis que os tornam coletivamente mais inteligentes, ou seja, mais ágeis no processo de adaptação antecipada ou na resposta às diferentes contingências contextuais” (Fachinelli, 2000). Desnecessário dizer que as redes ocupam todo o âmbito do espectro social: temos redes de relacionamentos, nos organizamos em redes sociais, nos divertimos e trabalhamos através de computadores ligados em rede(s). Enfim, transformam, remodelam, re-significam nosso modo de vida. Ainda segundo Castells:

“como tendencia histórica, las funciones y los procesos dominantes en la era de la información cada vez más se organizan en redes. Éstas constituyen la nueva morfología social de nuestras sociedades y la difusión de su lógica de enlace modifica de forma sustancial la operación y los resultados de los procesos de producción, la experiencia, el poder y la cultura” (Castells, 1999, p.505).

Ao destacar como a radicalidade transformadora das redes afeta a cultura, Castells expõe uma relação intrincada. Se, por um lado, podemos afirmar que a cultura é o ambiente das redes, na medida em que são elementos culturais comuns que as tornam possíveis; podemos também dizer que as estruturas em rede, dada sua horizontalidade e não-linearidade, são, por excelência, o *locus* de renovação, transmissão e hibridismo de culturas. É esta dinamicidade, este movimento de troca, construção e desconstrução próprio das redes que mantém as culturas vivas, ou melhor, que as revitaliza ininterruptamente. Afinal, “las culturas son el resultado de una continua fecundación mutua. La tarea de cooperación cultural consiste precisamente en esta fecundación mutua” (Panikkar, 2000, p. 48).

Para o espaço Ibero-Americano, cujos governos nacionais, em sua maioria, não parecem ter meios ou disposição para investir seriamente em cultura, a proliferação das redes culturais pode representar oportunidades inéditas. A organização de redes de agentes sociais não-estatais, privados e de diversas esferas de governo, atuando em nível internacional, regional, nacional ou local, possibilita o desenvolvimento de dinâmicas culturais inovadoras, o

aperfeiçoamento dos sistemas de gestão cultural locais e nacionais e o desenho de políticas mais profícuas para a área da cultura nesses países. Além disso, favorece a integração cultural da região, processo cujos produtos são a tolerância e o respeito às diferenças. É preciso lembrar, entretanto, que toda rede existe em função de um projeto específico e que também existem redes organizadas com objetivos que atentam contra a humanidade, como as redes terroristas, a máfia, o tráfico de drogas, dentre outras.

Dessa forma, o encontro entre redes e cultura na Ibero-América possibilita (mas não determina) um passo significativo na superação de antigos entraves ao desenvolvimento cultural, desde aqueles de ordem econômica até o envelhecimento de estruturas e formas de conceber a cultura. Esta investigação objetiva demonstrar quais desses movimentos de transformação já estão em processo, quais são as principais estratégias utilizadas e quem são seus respectivos protagonistas.

O que são Redes?

Não existe ainda um conceito de rede amplamente aceito e compatível com a diversidade de organizações e contextos em que o termo é utilizado. Embora este seja o “tempo das redes”, muito pouco conhecimento foi organizado e difundido sobre a morfologia, as possibilidades e os limites dessas novas formas de organização social. Como resultado, muitas redes hoje existentes acabam recebendo outras denominações: “fóruns”, “coletivos”, “movimentos”, “consórcios”, “comitês”, “articulações” são alguns exemplos. O inverso também é verdadeiro: muitas das “redes” atuais não são nada além de velhas organizações com nova roupagem ou mesmo simples conjuntos de elementos. “Embora a forma seja um fator decisivo, o desenho da rede não é suficiente para explicá-la ou caracterizá-la como um sistema de propriedades e um modo de funcionamento específico (...) se identificarmos a existência de ligações, tudo seria efetivamente rede (Martinho, 2003). Como defende Ana Cristina Fachinelli:

“Uma agenda de endereços, não mais que um anuário de diplomados, não constitui uma rede, mas sim uma matéria-prima relacional. Para que a rede ganhe corpo, é necessário que um projeto concreto, coletivo, voluntário,

proporcione uma dinâmica específica às relações pré-existentes” (Fachinelli, 2000).

Ao supor um objetivo coletivo, “um projeto deliberado de organização humana” (Martinho, 2003) é possível traçar uma distinção clara entre as redes sociais e as redes pessoais, de relacionamentos e interesse privado. Esta diferença de natureza terá reflexos nas formas de participação e no engajamento das pessoas em uma ou em outra rede.

Antes de prosseguir, é necessário fazer ainda outra distinção importante: quando falamos de rede social, não falamos de apenas uma, mas, geralmente, de duas redes. Esta é uma simbiose própria dos novos tempos, pois a quase totalidade das redes sociais está estruturada sobre redes de comunicação.

Um dos mais significativos desdobramentos das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), as redes comunicacionais são constituídas de infra-estrutura tecnológica e programas (*hardwares* e *softwares*) que permitem o trânsito dos fluxos de informação, o compartilhamento de dados e o desenvolvimento de novas formas de interação entre pessoas, grupos de pessoas, organizações etc. As redes comunicacionais reorganizam as forças de produção, os serviços e a economia, rearticulam a política e modelam a cultura (Trivinho, 1998, p.13)²². A diversidade de funções e aplicações para essas redes²³ é de tal forma abrangente que este é um universo em aberto, no qual uma nova frente emerge a cada dia, para o espanto de muitos e o delírio dos mercados de ações²⁴. Entretanto, um dos aspectos mais interessantes das redes comunicacionais é a sua invisibilidade: estamos cada vez mais “enredados” nas redes comunicacionais e mal nos damos conta disso. Para a geração que nasce, o “embalar” dessas redes será tão essencial e invisível como uma segunda natureza.

²² Castells enfatiza: “el poder de los flujos tiene prioridad sobre los flujos de poder” (1999, p. 504).

²³ Um detalhamento possível (e, ainda, conservador) para algumas das aplicações das redes comunicacionais encontra-se em Trivinho, E., 1998, p.22.

²⁴ Caso emblemático, as ações da empresa Google Inc., responsável pelo mais utilizado mecanismo de busca da Internet, que ultrapassaram recentemente o valor de US\$ 47,9 bilhões. Para efeito de comparação, este montante é quase o dobro do valor da General Motors.

A disseminação em larga escala das redes sociais, assim, só ocorreu devido à existência das redes comunicacionais. Mais que isso: na medida em que disponibilizam, constantemente, formas inovadoras de interação, as redes comunicacionais conformam o funcionamento e os modos de atuação das redes sociais. Como nos ensina McLuhan²⁵, os meios também condicionam a ação. Assim, o termo “simbiose”, usado anteriormente para descrever o encontro entre as redes comunicacionais e as redes sociais, é provavelmente o mais correto.

Características das redes sociais

“O centro está em toda parte, e a circunferência, em parte alguma”.²⁶ Nicolau de Cusa não seria capaz de imaginar que, ao se posicionar sobre geocentrismo e heliocentrismo em plena Idade Média, estaria trazendo elementos para explicar um fenômeno social oito séculos mais tarde. A assertiva do pensador renascentista nos conduz a um dos maiores diferenciais das redes em relação às outras formas de organização social: a horizontalidade.

A horizontalidade contrapõe-se às estruturas hierarquizadas. A ausência de um centro ordenador, que por determinação prévia concentre as decisões e responsabilidades da rede, estimula o pluralismo de idéias e ações, distribui equitativamente direitos e deveres, desburocratiza as atividades, permite trocas diretas entre os membros e reforça o projeto coletivo instaurador da rede. As eventuais centralidades, que seguem a lógica do envolvimento e do reconhecimento, emergem durante processos e atividades, e serão substituídas por outras, na medida em que diminua a sua capacidade de resposta. Assim, cada elemento da rede pode ser um centro, dependendo do momento e do ponto de vista.

Ao prever relacionamentos baseados mais fortemente na qualidade das relações que em qualidades intrínsecas dos membros das redes, horizontalidade confunde-se com conectividade, outra característica essencial das redes. É o fenômeno de produção contínua de conexões, a conectividade, que estabelece uma dinâmica de rede.

²⁵ O canadense Marshall McLuhan (1911-1980), autor dos livros *Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem*, *O Meio é a Mensagem* e da noção de *Aldeia Global*, considerado por alguns o “oráculo da Era Eletrônica”.

²⁶ Nicolau de Cusa, Século XIII. *Apud* Martinho, 2003.

“Isso porque são as conexões que fazem a rede. Um conjunto de elementos dispersos no espaço (...) não representa nada se não houver alguma conexão entre eles. É o relacionamento entre os pontos que dá qualidade de rede ao conjunto” (Martinho, 2003).

Esta questão é particularmente significativa na medida em que todas as conexões são voluntárias – em outras palavras, a participação numa rede é uma adesão ao projeto que a rede representa. Cada conexão, portanto, simboliza e recupera o compromisso original que mantém a rede viva. Além disso, a participação voluntária, enquanto pré-condição para a existência de qualquer rede, é um grande obstáculo a qualquer tentativa de hierarquização dessa forma da organização social.

As conexões com novos membros também qualificam a rede: cada ponto novo significa a adição de toda uma rede²⁷ (na medida que o ponto conecta-se a outros pontos que também têm conexões) ou, pelo menos, de novos caminhos dentro da rede preexistente. Assim, cada conexão é a possibilidade e a promessa de novas conexões, o que possibilita que as redes cresçam exponencialmente²⁸.

É preciso observar um mesmo nó pode ser um vértice para o qual convergem várias redes. Essa multidimensionalidade, ou seja, a possibilidade de um indivíduo ou organização participar simultaneamente de várias redes, cria campos de diálogos e intercâmbio pouco prováveis em estruturas mais tradicionais, tornando cada ponto um mediador dos fluxos das diversas redes em que participa.

A dinâmica de suas conexões, por sua vez, não segue ou estabelece padrões, ocorre de forma não-linear, o que dá às redes uma configuração rizomática. A não-linearidade incorpora o acaso e o não-previsto, aproximando as organizações em rede das dinâmicas da vida. Assim, os caminhos entre um ponto e outro da rede normalmente podem ser percorridos de muitas formas, variando, inclusive, de acordo com o tempo. Como num caleidoscópio, cada nova

²⁷ Este fato relaciona-se, novamente, com a já citada experiência dos seis graus de separação, na medida em que, para chegar até alguém usamos as redes das redes daqueles que conhecemos.

²⁸ Podem ilustrar esta questão os modelos de empresas como a Herbalife e a Amway, cujos vendedores ganham sobre a quantidade produtos vendidos por outros profissionais a eles associados.

perspectiva é novo arranjo de caminhos e posições. “Una estructura social que se base en las redes es un sistema muy dinámico y abierto, susceptible de innovarse sin amenazar su equilibrio” (Castells, 1999, p.507).

Uma rede, enfim, “é uma arquitetura plástica, não-linear, aberta, descentralizada, plural, dinâmica, horizontal e capaz de auto-regulação” (Martinho, 2003).

As Redes Culturais na Ibero-América

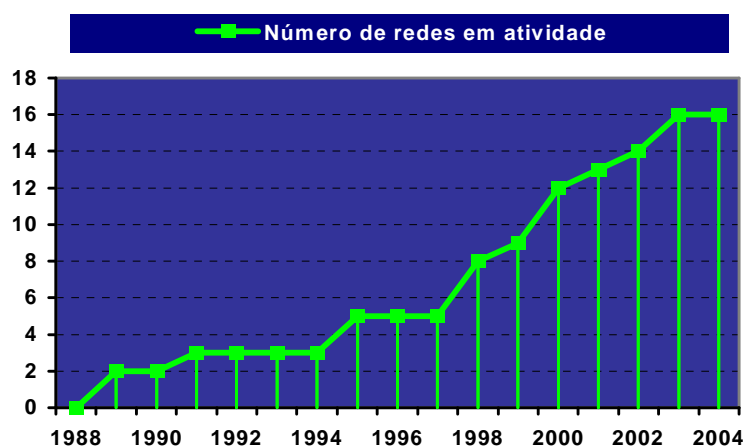
As informações coletadas em relação às redes culturais que perpassam a Ibero-América desenham um conjunto que, embora não muito numeroso²⁹, é bastante diverso. São redes de natureza e objetivos diferentes, que se cruzam e complementam, compondo um mosaico de conexões e fluxos de informação sobre a cultura. As redes pesquisadas forma as seguintes:

- | | |
|---|---|
| 1. Andired – Red Andina de Promotores Culturales; | 9. La Red – La Red de Promotores Culturales de América Latina y el Caribe |
| 2. Fórum de Ministros e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e Caribe; | 10. Red de Centros Culturales de América y Europa; |
| 3. Comissão Internacional de Cultura da OEA (CIC); | 11. Red Internacional de Observatorios de Políticas Culturales; |
| 4. Creative Exchange; | 12. Red Internacional de Políticas Culturales; |
| 5. Culturelink; | 13. Red Internacional para la Diversidad Cultural; |
| 6. Iberformat; | 14. Rede Cultural do Mercosul; |
| 7. IFAACA – International Federation of Arts and Cultural Agencies; | 15. Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura; |
| 8. Interlocal – Red Iberoamericana de Ciudades para la Cultura; | 16. Rede Mercosul Cultural. |

As redes culturais internacionais são um fenômeno jovem, pelo menos em relação à Ibero-América. Como pode ser observado na tabela a seguir, quase a metade das redes pesquisadas (7), foi formada a partir do ano 2000. A média de nascimento nos leva a meados de 1997, o que significa 6,4 anos de atividade.

Ano de formação das redes	
Rede	Ano
Culture Link	1989
Fórum de Ministros da América Latina e Caribe	1989
La Red	1991
Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura	1996
Rede Mercosul Cultural	1996
Creative Exchange	1998
Red Internacional de Políticas Culturales	1998
Rede Cultural do Mercosul	1998
Andired	1999
IFAACA	2000
Red Internacional para la Diversidad Cultural	2000
Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais	2000
Iberformat	2001
Comissão Interamericana de Cultura da OEA	2002
Interlocal	2003
Red de Centros Culturales de América y Europa	2003
Média	1997,69

Também é possível notar o aumento gradativo das redes em atividade na Ibero-América. A partir de 1997, conforme aponta o gráfico abaixo, este crescimento segue uma taxa média de 1,57 redes por ano – o que não deixa de ser significativo, considerando a especificidade e a amplitude internacional das redes. Essa maior impulsão na criação de redes pode ser relacionada com a criação da Internet, em 1997, e sua rapidíssima disseminação.



Poderia-se imaginar que o tempo de vida das redes está relacionado com os membros que as compõe, mas não é possível identificar um padrão relacionando as duas variantes. As redes

²⁹ Foram pesquisadas 16 redes. É importante insistir que as redes temáticas especializadas em linguagens não foram consideradas.

estudadas possuem dois perfis predominantes em relação à composição de seus membros: elas podem ser redes formadas de pessoas, organizações ou autarquias públicas envolvidas com cultura (10) ou por representantes de governos nacionais (6). Apenas 3 delas podem ser formadas por representantes de governos sub-nacionais – o que talvez possa ser explicado pela novidade da cooperação internacional a partir dos governos sub-nacionais.

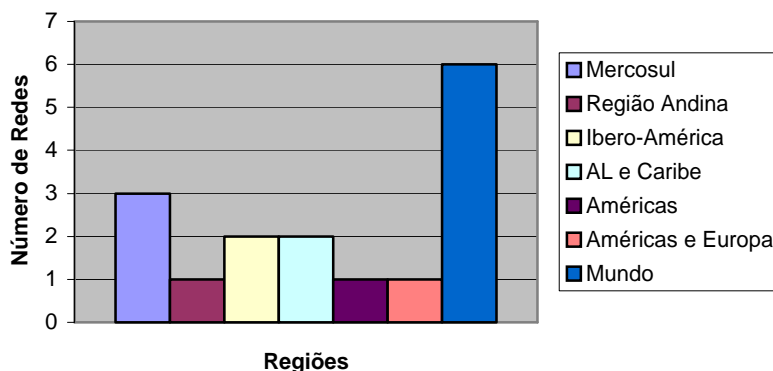
Redes segundo tipo de membros				
Rede	Membros			
	Governos nacionais	Governos sub-nacionais	Pessoas e organizações da sociedade	Outros*
Andired				
Comissão Interamericana de Cultura da OEA				
Creative Exchange				
Culture Link				
Fórum de Ministros da América Latina e Caribe				
Iberformat				
IFAACA				
Interlocal				
La Red				
Red de Centros Culturales de América y Europa				
Red Internacional de Políticas Culturales				
Red Internacional para la Diversidad Cultural				
Rede Cultural do Mercosul				
Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura				
Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais				
Rede Mercosul Cultural				

* Seus membros incluem observatórios culturais que podem pertencer a todas as categorias ou a categorias não-listadas, como organismos regionais e internacionais.

Chamam atenção a *IFAACA*, a *Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais* e a *Iberformat*. A primeira pode ter membros que representam governos nacionais e, ao mesmo tempo, pessoas, organizações ou autarquias. A segunda é constituída simultaneamente de organizações e autarquias públicas e de centros de abrangência internacional. Já a *Iberformat* prevê espaço para todas as categorias, embora não conte atualmente com governos nacionais nem sub-nacionais em seus quadros.

A composição das redes também pode ser analisada pela abrangência de sua atuação e pelos países que a compõe.

Quantidade de Redes por Abrangência Territorial



Tendo por base o gráfico acima, é possível detectar um certo protagonismo do Mercosul ao estabelecer redes culturais regionais. As diferenças na abrangência territorial das redes também criam espaços muito desiguais na Ibero-América: se, por um lado, os países andinos e do Mercosul aparecem com mais possibilidades de integrar-se em redes, Portugal e Espanha e os países da América Central dispõem de menos oportunidades. Casos emblemáticos, a Bolívia e o Chile são os únicos países que têm possibilidade de participar de todas as redes pesquisadas.

O protagonismo dos governos e das sociedades das nações ibero-americanas, entretanto, faz com que o quadro real seja diferente do possível: Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai são os campeões em participação, estando em 11 redes cada um³⁰. Considerando o desempenho dos países em iguais condições, ou seja, considerando somente as redes em que todos podem participar, o quadro altera-se um pouco e a Colômbia torna-se o país mais representado, estando em seis redes. Essas considerações são relevantes na medida em que sinalizam onde está a maior capacidade de mobilização em torno do tema, seja essa uma mobilização governamental ou da sociedade. Neste momento, Colômbia, Cuba, Argentina, Brasil, Uruguai, Espanha e Peru são os países ibero-americanos que mais se encaixam neste perfil – todos eles superam a marca de 80% de presença nas redes em que podem participar, como pode ser observado na tabela a seguir:

³⁰ É preciso observar que o universo das redes está reduzido a 14, pois não é possível identificar a presença dos países nas redes *Culturelink* e *Red Internacional para la Diversidad Cultural*.

Percentual de participação dos países nas redes*			
País	Pode Participar	Participa	Percentual (%)
Colômbia	12	11	91,67
Cuba	9	8	88,89
Argentina	13	11	84,61
Brasil	13	11	84,61
Uruguai	13	11	84,61
Espanha	6	5	83,33
Peru	11	9	81,82
Chile	14	10	71,43
México	10	7	70,00
Venezuela	11	7	63,64
Paraguai	13	8	61,54
Guatemala	10	5	50,00
Honduras	10	5	50,00
Nicarágua	10	5	50,00
Bolívia	14	7	50,00
Equador	11	5	45,45
Portugal	7	3	42,87
Costa Rica	10	4	40,00
El Salvador	10	4	40,00
Panamá	10	4	40,00
República Dominicana	10	4	40,00
Porto Rico	10	3	30,00
Média	10,77	6,68	61,11

*Considerando o universo de 14 redes, logo que duas das redes pesquisadas não disponibilizam informações sobre quais países estão entre seus membros.

Já quanto à área de atuação das redes, *Sistematização e intercâmbio de informações sobre cultura* é quase unânime (15 de 16)³¹. Esse fato aponta para dois movimentos aparentemente desconexos: (i) a área da cultura está “acordando” para a necessidade de e sistematizar dados e quantificar os processos envolvidos na atividade; (ii) a organização em rede leva os membros de diferentes espaços geográficos a organizarem suas informações, a fim de as compartilharem com seus colegas estrangeiros. É bastante plausível, todavia, supor que um movimento influencia o outro e que a experiência de sistematização de dados sobre a cultura de alguns países ou de organismos internacionais tem tido conseqüências positivas sobre aqueles que ainda não trabalham com os números e o registro dos processos da cultura. Dessa forma, embora pareça óbvio que qualquer rede tenha sistematização e intercâmbio de informações como uma das áreas de trabalho, para a cultura isso se torna ainda mais significativo.

³¹ Ver: tabela “Área de atuação das redes”, em anexo.

Gestão e políticas culturais é a segunda prioridade das redes em foco. Esse dado demonstra que a formulação de políticas públicas para a cultura deixou de ser uma atribuição exclusiva do Estado e requer, cada vez mais, a participação da sociedade, uma vez que sete das 13 redes que tematizam a questão não são redes de perfil governamental. Evidencia também a importância crescente dos processos de gestão – em escalas reduzidas ou em escala nacional – para todos os setores envolvidos com cultura.

Um dado alarmante, no entanto, é a pouca preocupação com a *formação de gestores culturais* e com a *investigação sobre a cultura*: juntas, as categorias somam apenas metade mais duas das redes estudadas (10). Vale ressaltar que, na prática, o quesito *sistematização e o intercâmbio de informações* tem relação estreita e alimenta-se da investigação, foco de 6 redes. As mesmas 6 referências diretas tiveram os quesitos *integração regional e promoção e defesa da diversidade cultural*. Isso demonstra que, embora não majoritários, esses temas estão sendo pautados e merecem destaque.

Finalmente, nota-se que 8 redes trabalham com intercâmbio de produtos culturais. Algumas empresas e profissionais já atuam em rede há vários anos e vêm encontrando nessa forma de organização uma maneira de “driblar” o monopólio das grandes corporações da indústria cultural. Caso venha a se confirmar, esta tendência pode ser um dos grandes motores das redes nas próximas décadas e obrigar o “mercado formal” a se re-organizar.

Quando consideramos os projetos e atividades desenvolvidas pelas redes, percebemos que grande partes deles foca na manutenção das dinâmicas e dos encontros da rede, sejam eles presenciais – através da realização de encontros, seminários, conferências, encontros de ministros etc. – ou virtuais – através da criação de listas de discussão e fóruns eletrônicos. Nessa linha há uma grande ênfase na viabilização de sistemas para armazenamento, sistematização e disponibilização de informações, que são disseminadas via Internet; boletins impressos e eletrônicos; e publicações. Através desses meios também são divulgadas as pesquisas sobre o campo da cultura produzidas por algumas das redes – é importante notar que as atividades desenvolvidas por essas redes são complementares às que têm

um perfil mais voltado à intervenção no campo cultural, na medida em que fornecem elementos para o desenho, execução e avaliação de políticas públicas.

As redes *Andired*, *Red de Centros Culturales de América e Europa*, *La Red* e *Rede Cultural do Mercosul* têm atuações bastante semelhantes ao direcionarem suas atividades para a circulação de bens culturais entre seus países-membros. O perfil dessas quatro redes não é coincidência: são todas constituídas por profissionais, empresas ou centros (públicos e privados) responsáveis pela produção e/ou disseminação de bens culturais. *O Projeto das Américas*, os *Corredores Geográficos-Culturais do Mercosul* e o projeto *Cien Años de Soledad al Aguafuerte* são alguns exemplos importantes.

Já as atividades e projetos das redes com perfil governamental (especialmente *Interlocal*; e *Rede Mercosul Cultural*) contribuem para a criação de ambientes para a circulação de bens culturais. Essas atividades podem ser ilustradas pela Agenda 21 da Cultura e pelo Selo Mercosul Cultural. A *Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura* é uma ovelha negra nesse processo, uma vez que intervém diretamente no espaço cultural dos países-membros, através de projetos como *Mercodramaturgia*, *Mostra Mercovidéu* e *Mostra Mercocidades de Gravuras*.

Conclusões

De imediato se faz necessário assinalar os limites das conclusões esboçadas, pois a envergadura do trabalho elaborado não permite ainda resultados mais definitivos. Estas conclusões devem ser, por conseguinte, entendidas como provisórias e como pistas para estimular novas investigações sobre um tema de crucial importância na atualidade.

Apesar do caráter recente dos atores políticos investigados – se comparados, por exemplo, ao Estado nacional – fica evidente o relevante impacto contemporâneo da sua atuação cultural. As políticas culturais dos organismos multilaterais e a atuação das redes têm repercussões não desprezíveis sobre a cultura, as macro-políticas culturais e a organização institucional da cultura na região, o que não significa de imediato que tal repercussão tem impacto imediato ou direto sobre todos os segmentos do sistema regional de cultura. Aparentemente tal não ocorre, mas isto exigiria uma investigação mais refinada e aprofundada para permitir análises mais rigorosas. Assim, deve-se, em primeiro lugar, reconhecer a importância e o esforço destes organismos de cooperação internacional que, desde, pelo menos, os anos 60, vêm atuando na conformação dos sistemas culturais nacionais e de sua atualização conceitual.

A formulação e difusão de uma agenda temática contemporânea, sintonizada com posições progressistas, aparecem como movimento dos novos atores político-culturais estudados, em especial das organizações multilaterais. Entretanto, também neste caso, algumas ressalvas devem estar presentes. O descompasso entre tais formulações e a realidade – configurada por exclusões, desigualdades profundas, concentração de poder, mercantilização da cultura, monopólio, dificuldades de interação, hegemonia cultural norte-americana etc – faz com que elas assumam mais um caráter normativo – inquestionavelmente essencial –, sem adquirir um estatuto de efetivação em práticas culturais orientadas por valores como diversidade, pluralidade etc.

Outra observação que demandaria um estudo interessante é a estreita relação entre os organismos e as redes internacionais. Todos os organismos estudados, sem exceção,

relacionam-se com redes – sendo, em muitos casos seus mantenedores. A OEI promove a Rede Iberformat; a UNESCO patrocina a Rede Internacional de Observatórios Culturais, além de ter colaborado na criação da Culturelink; o Centro Cultural do Convenio Andrés Bello coordena a Red de Centros Culturales de América y Europa e a Comissão Interamericana de Cultura é parte da OEA.

Apesar disto, é notável a ampliação do conceito de políticas públicas, anteriormente relacionadas estritamente com o universo estatal. Hoje, tais políticas passam a ser formuladas por atores com interesse público, desde a sociedade civil e organismos internacionais a entes privados e, inclusive, Estados nacionais. É preciso ainda considerar, neste contexto, os governos sub-nacionais, que se tornam não apenas competentes formuladores de políticas, mas novos atores da cooperação internacional. Impulsionada pelas redes, a cooperação protagonizada por governos sub-nacionais e pela sociedade civil aumenta significativamente, movimento que tende a continuar.

Com relação às redes, elas ainda são poucas e muito recentes. O peso quantitativo das redes mundiais ainda é muito acentuado. Por outro lado, fica evidente o papel da Internet como estimulador das redes, pois sua expansão da região aparece como contemporânea da expansão das redes de cooperação cultural. A presença relevante de atores da sociedade civil e, em menos número, de governos locais indica a emergência de novos e promissores atores no intercâmbio cultural.

A pesquisa aponta, porém, para a participação desigual dos países ibero-americanos na expansão de suas fronteiras para o diálogo intercultural e a atuação conjunta na área. O “motor” desse movimento parece ser os países andinos e do Mercosul, ladeados por Espanha e Cuba – dado que pode ter conseqüências sérias, em termos de aprofundamento das desigualdades, num futuro próximo, caso tais tendências não sejam diagnosticadas e corrigidas. Deve haver um esforço para incluir alguns dos países ibero-americanos em mais redes de cooperação.

As temáticas escolhidas pelas redes indicam dados positivos se anotados temas como políticas e gestão culturais e repercussões como o estímulo à sistematização de informações, em uma área tão carente de indicadores e dados com a cultura. Mas a pouca atenção à formação de pessoal na área e aos estudos da cultura aparecem como aspectos muito problemáticos pelo pouco investimento nas interações culturais. Aqui fica patente a necessidade de um esforço no sentido de constituição de novas e mais redes dedicadas a estes temas.

Por outro lado, as redes também se consolidam como uma possível alternativa aos fluxos das indústrias culturais, confrontando o temor pela homogeneidade que seria consequência da globalização. Os novos fluxos, de fato, apresentam-se como possibilidade tanto para a execução de políticas intergovernamentais de intercâmbio e promoção da diversidade cultural, quanto para investimentos privados, oportunidades de trabalho para centenas (quicá milhares) de produtores, artistas etc. Seria, sem dúvida, relevante analisar de modo mais profundo e sistemático o impacto efetivo destas redes na circulação e nas trocas culturais na Ibero-América, inclusive concebidas como alternativa aos fluxos culturais hegemônicos pelas potentes indústrias culturais da região.

Enfim, esta breve incursão no universo das políticas desenvolvidas pelos organismos multilaterais de cooperação internacional e das redes presentes na Ibero-América sinaliza para possivelmente uma grande influência de ambos atores no desenvolvimento do espaço cultural ibero-americano nos próximos anos. Os organismos – cujo papel tem sido, sobretudo, o de promover fóruns de debates sobre temas candentes que perpassam hoje o campo da cultura – deverão influenciar cada vez mais os governos nacionais, no sentido de estreitar a relação entre cultura e desenvolvimento, estimulando-os a assumir o tema como prioritário e desenvolver políticas públicas mais consistentes para a cultura. Às redes, caberá ajudar a formular essas políticas, esteira da expansão do conceito de políticas públicas. Também promoverão a circulação não só de produtos culturais, mas das próprias iniciativas e experiências nacionais, conformando um conjunto de imaginários acerca da relevância política e da centralidade da cultura na região. No entanto, um encontro mais sistemático entre os dois atores poderá ter rebatimentos significativos sobre antigos atores do campo

cultural como os Estados nacionais e os produtores culturais, potencializando a intervenção em favor de políticas culturais democráticas e inovadoras.

Bibliografia

- BÓLAN, Eduardo Nivón. *La cooperación cultural como proceso de la globalización. Una visión desde América Latina*. Disponível em <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric00a02.htm>. Acesso em 05/10/2004.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas da Ibero-América: é possível um desenvolvimento compartilhado? In: CANCLINI, Néstor Garcia (org.). *Culturas na Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento*. Tradução: Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2003. p. 13-27.
- _____. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia (org.). *Políticas culturales en América Latina*. México: Editorial Grijalbo, 1987. p. 13-59.
- CASTELLS, Manuel. *La Era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol. I – La sociedad red*. Tradução: Carmen Martíñez Gimeno. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- CUÉLLAR, Javier Pérez. *Nossa diversidade criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papyrus, Brasília: UNESCO, 1997.
- FACHINELLI, Ana. Cristina. et al. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. In: *Revista Com Ciência*, 2000. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info14.htm>. Acesso em 31/10/2004.
- HARVEY, Edwin. *Relaciones Culturales internacionales na Iberoamerica y el mundo*. Madri: Tecnos, 1991.
- HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- GARRETÓN, Manuel Antonio (coord.). *Espaço cultural latinoamericano. Bases para una política cultural de integración*. Santiago: Fundo de Cultura Económica, 2003.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Subdesenvolvimento e cultura. In: *Comunicação & Política*. Vol. XI, n. 2, nova série, maio-agosto. Rio de Janeiro, CEBELA: 2004.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- MARTINHO, Cássio. *Redes – uma introdução às dinâmicas da conectividade e auto-organização*. Brasília: WWF Brasil, 2003. Disponível em http://www.wwf.org.br/publicacoes/livro_redes_ea.htm. Acesso em 31/10/2004.
- MOISES, José Álvaro. *Diversidade cultural e desenvolvimento nas Américas*. Disponível em http://www.oas.org/udse/espanol/cpo_cult_public.asp. Acesso em 17/10/2004.
- PANIKKAR, Raimon. Cultura y Desarrollo. In: *Papeles Iberoamericanpos: Cooperación Cultural Euroamericana - I Campus Euroamericano de Cooperación Cultural*. Barcelona: Organización de los Estados Iberoamericanos / Fundación Interarts, 2000. p. 43 a 49.
- REY, Gérman. *Cultura e desarrollo humano: unas relaciones que se trasladan*. Disponível em <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric00a02.htm>. Acesso em 05/10/2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (org.) *ONGs e Universidades*. São Paulo: ABONG/ Peirópolis, 2002. p. 63-92.
- SILVA, Carlos Antonio. (coord.). *O que são redes?* Disponível em http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm. Acesso em 31/10/2004.
- _____. *Fundamentos e paradigmas das Redes*. Disponível em http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_conceitos.cfm. Acesso em 31/10/2004.
- _____. *Tipologia das redes*. Disponível em http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tipolog.cfm.
- _____. *Planejando a Rede*. Disponível em http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_planej.cfm. Acesso em 31/10/2004.
- _____. *Monitoramento e Avaliação de redes*. Disponível em http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_monitora.cfm. Acesso em 31/10/2004.
- TRIVINHO, Eugênio. *Redes: obliterações no fim de século*. São Paulo: Annablume, FAPESP: 1998.
- VIEIRA, Mariella Pitombo. *Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 240f. Salvador: FACOM/UFBA, 2004.

ANEXOS

Abrangência territorial das redes							
Rede	Abrangência						
	Mercosul	Região Andina	Ibero-América	Am. Latina e Caribe	Américas	Américas e Europa	Mundo
Andired		■					
Comissão Interamericana de Cultura da OEA					■		
Creative Exchange							■
Culture Link							■
Fórum de Ministros da América Latina e Caribe				■			
Iberformat			■				
IFAACA							■
Interlocal			■				
La Red				■			
Red de Centros Culturales de América y Europa						■	
Red Internacional de Políticas Culturales							■
Red Internacional para la Diversidad Cultural							■
Rede Cultural do Mercosul	■						
Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura	■						
Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais							■
Rede Mercosul Cultural	■						

Áreas de atuação das redes

Rede	Área de atuação						
	Formação em cultura	Gestão e políticas culturais	Intercâmbio de produtos culturais	Investigação sobre a cultura	Sistematização e intercâmbio de informações	Integração regional	Promoção e defesa da diversidade cultural
Andired							
Comissão Interamericana de Cultura da OEA							
Creative Exchange							
Culture Link							
Fórum de Ministros da América Latina e Caribe							
Iberformat							
IFAACA							
Interlocal							
La Red							
Red de Centros Culturales de América y Europa							
Red Internacional de Políticas Culturales							
Red Internacional para la Diversidad Cultural							
Rede Cultural do Mercosul							
Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura							
Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais							
Rede Mercosul Cultural							

Redes segundo a participação dos países ibero-americanos

Redes	Países																						
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	El Salvador	Equador	Espanha	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Porto Rico	Portugal	Rep. Dominicana	Uruguai	Venezuela	
Andired																							
Comissão Interamericana de Cultura da OEA																							
Creative Exchange																							
Fórum de Ministros da América Latina e Caribe																							
Iberformat																							
IFAACA																							
Interlocal																							
La Red																							
Red de Centros Culturales de América y Europa																							
Red Internacional de Políticas Culturales																							
Rede Cultural do Mercosul																							
Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura																							
Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais																							
Rede Mercosul Cultural																							
Culture Link	Estas redes não informam quem são nem qual a nacionalidade de seus membros.																						
Red Internacional para la Diversidad Cultural	Estas redes não informam quem são nem qual a nacionalidade de seus membros.																						

Ficha de Informações (Modelo)

[nome]	
	Dados
1. Amplitude territorial	
2. Países participantes	
3. Ano de formação	
4. Área de atuação	<input type="checkbox"/> Formação em cultura <input type="checkbox"/> Gestão e políticas culturais <input type="checkbox"/> Intercambio de produtos culturais <input type="checkbox"/> Investigação sobre a cultura <input type="checkbox"/> Sistematização e intercambio de informações sobre cultura <input type="checkbox"/> Integração regional <input type="checkbox"/> Promoção e defesa da diversidade cultural
5. Contato	
6. Estrutura	
7. Objetivos	
8. Atividades / Projetos Principais	
9. Mantenedores	
10. Número de membros	
11. Perfil dos membros	
12. Critérios de participação	
13. Site	